



## CONTRATO DE LOCAÇÃO COMERCIAL

Por este contrato particular de locação,

**Locador:** **ELUME CENTRO REGIONAL DE INOVAÇÃO**, por meio de sua gestora Itajaí Participações S.A., com fundamento no Convênio 004/2022-SDE, firmado entre o Município de Itajaí e a Itajaí Participações em 07 de outubro de 2022, devidamente publicado no Jornal do Município na edição 2.593, de 7/10/2022, páginas 71-76, e com fundamento no art. 5º da Lei 7.377/2022, inscrita no CNPJ 18.752.383/0001-10, com endereço na Rua Manuel Bernardes, nº 1150, Bairro Itaipava, na cidade de Itajaí – SC, neste ato representada pelo diretor Executivo Sr. Emerson Luis Pereira, inscrito no CPF nº 873.335.629-72, e de outro lado como

**Locatário:** **MULTILOG S/A**, inscrita no CNPJ 78.614.229/0001-03, com endereço na Rua Rod. Antônio Heil, nº 4999, na cidade de Itajaí/SC, neste ato representada por ADRIANO TADEU MACEDO, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG n.º 2.036.470-9 – SSP/SP e do CPF sob o n.º 117.875.158-93, residente e domiciliado à Rua Engenheiro Jorge Oliva, nº 237, bloco 02, apto 202, Vila Mascote, São Paulo/SP, CEP 04.362-060 e DJALMA LUCIO RODRIGUES VILELA, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG n.º 08.566.750-9 –SSP/RJ e do CPF sob o n.º 698.337.026-00, residente e domiciliado à Avenida José Medeiros Vieira, nº 1.876, apto JD 04, Balneário Praia Brava, Itajaí/SC, CEP 88.306-843.

Resolvem as Partes firmar o presente Contrato de Locação Comercial, nas condições e cláusulas abaixo acordadas.

### **Cláusula 1ª. Do Imóvel**

1.1. O presente contrato consiste na locação pelo Locatário do imóvel: sala comercial 1, no pavimento 4 de 60,62 m2, localizado na Rua Manuel Bernardes, s/n – Itaipava, Itajaí – SC, CEP: 88316-400, Registro de Endereço terreno (RE): RE8161009299A, Inscrição imobiliária do imóvel: 216.005.10.4000.0000.000.

### **Cláusula 2ª. Prazo de Locação**

2.1. O prazo de locação é de 12 (doze) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses, desde que previamente solicitado pelo interessado, com 30 (trinta) dias de antecedência do seu término, devidamente justificado, iniciando-se dia **13 de março de 2024** e terminando dia **13 de março de 2025**.

2.1.1. A prorrogação poderá ser concedida ou não, após avaliação dos resultados da Locatária e regularidade de seu desenvolvimento e contribuição para o fortalecimento do ecossistema de inovação regional, bem como o objeto social desenvolvido, sendo requisito para a locação dos espaços no Centro Regional de Inovação – Elume.





2.2. Se, terminando o prazo do presente contrato, o Locatário desejar continuar no imóvel, e havendo espaço disponível, o Locador comprometer-se-á a elaborar um novo contrato e ou aditivo contratual, cujo prazo, condições e valores do novo aluguel serão definidos, na ocasião, pelas partes contratantes.

2.3. O Locatário, findo o prazo de locação, sem que haja prorrogação, obriga-se a comunicar ao Locador, por escrito, e com antecedência de 30 (trinta) dias, a sua intenção em desocupar o imóvel, dando por finda a locação permitindo que seja o referido imóvel vistoriado e colocado sob proteção de guarda ou zelador, a fim de evitar-se furtos ou depredações.

2.4. As empresas instaladas, a partir dos projetos selecionados, serão avaliados e deverão apresentar relatórios de atividades, documentos contábeis, informações sobre contratação de colaboradores, quantidade de colaboradores frequentando habitualmente o espaço físico locado, dentre outros documentos, em periodicidade a ser definida pelo Elume ou quando por este for solicitado.

2.4.1. Os documentos acima serão analisados para fins de concessão, ou não, da prorrogação do prazo de locação objeto do presente instrumento.

### **Cláusula 3ª. Valor da Locação**

3.1. O aluguel mensal livre e convencionado será de **R\$ 1.818,57 (Mil oitocentos e dezoito reais e cinquenta e sete centavos)** e deverá ser pago impreterivelmente até o dia **10** de cada mês subsequente ao da utilização.

3.1.1. O aluguel sofrerá **reajuste anual** com base no coeficiente de atualização acumulado pelo **IGPM**, ou ainda por outro índice que for determinado por Lei.

3.1.2. O aluguel e os encargos contratuais deverão ser pagos através de **boleto bancário**, que será remetido por e-mail ao Locatário ([notafiscal@multilog.com.br](mailto:notafiscal@multilog.com.br)), mensalmente até o 1º dia útil do mês. Se por qualquer motivo o Locatário não receber o boleto até a data em destaque, este deverá entrar em contato com o Locador para obter 2ª via do boleto, através do e-mail [elumepark@gmail.com](mailto:elumepark@gmail.com).

3.1.3. O desatendimento do prazo do item 3.1.2. autoriza a Locatária a adiar o pagamento a seu cargo, sem incidir em mora, por tantos dias quantos sejam os de atraso no recebimento da documentação fiscal.

3.1.4. No tocante ao seguro, o Locador se responsabilizará por manter atualizado e vigente o seguro dos espaços compartilhados e áreas de convívio do prédio. Cada empresa instalada responsabilizar-se-á a fazer apólice de seguro do seu espaço individual, mantendo este documento quitado, com as coberturas vigentes obedecendo as práticas de mercado para esta finalidade, como por exemplo, seguro de incêndio.



3.1.5. O Locatário não poderá reter pagamento do aluguel mensal ou outros encargos sob a alegação do não atendimento a suas eventuais exigências.

3.1.6. A falta de pagamento do aluguel no prazo determinado, autorizará o Locador a promover a competente ação de despejo, independentemente de qualquer aviso ao Locatário, conforme disposto na íntegra do art. 59 da Lei 8.245/91.

3.1.7. O recebimento do aluguel após o prazo previsto neste contrato, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao Locador, não produzirá efeito quanto a modificação do prazo de pagamento, sendo assim mera tolerância por parte do Locador em não promover de imediato ação de despejo, sujeito o Locatário, no entanto, ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do aluguel e demais encargos, sempre que deixar de pagar até o dia 1º (primeiro) do mês seguinte ao vencido, além da correção apurada pelo INPC, ou na falta deste, por outro indexador oficial, com aplicação "pro rata", sujeitando-se ainda a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e a possíveis despesas com a cobrança administrativa ou judicial, inclusive honorários de advogado em 10% (dez por cento).

3.1.8. Na hipótese de ser proposta ação de despejo por falta de pagamento, o Locatário, ao purgar a mora, ou mesmo em execução deverá pagar multa de 10% (dez por cento) sobre tudo o que for devido, conforme art. 62, alínea "a" da Lei 8.245/91.

3.2. Nenhum outro valor, senão exclusivamente aquele previsto no item 3.1, será devido pela Locatária ao Locador em virtude deste Contrato. Por conseguinte, a Locatária não assume, nem assumirá, qualquer responsabilidade voltada, por exemplo, ao custeio de investimentos, ou ao ressarcimento de despesas, inclusive as incorridas com o pessoal disponibilizado.

3.3. As Partes concordam que o Preço dos Serviços definido já contempla todos os tributos e demais encargos a ele inerentes, não havendo, portanto, incidências tributárias e demais encargos similares a serem honrados pela Locatária, restando ao Locador, ratificar que todas as responsabilidades decorrentes de quaisquer encargos fiscais/tributários, existentes ou que venham a ser criados, tais como impostos sobre serviços – ISS, as Contribuições Sociais, bem como, as exigências legais de ordem trabalhista, previdenciária, securitária e quaisquer outras, resultantes da locação ora avençada, correrão por conta exclusiva do Locador.

#### **Cláusula 4ª. Da Transferência ou Sublocação**

4.1. O imóvel objeto do presente contrato destina-se exclusivamente ao Locatário, sendo terminantemente proibido, sob pena de despejo, a sublocação, cessão, transferência, mudança do ramo comercial, transformação do imóvel comercial em residencial e vice-versa ou sub-rogação do presente contrato, no todo ou em parte, salvo consentimento prévio e por escrito do Locador.



4.1.1. Será de integral responsabilidade do Locatário a averiguação, conquista e manutenção, no período em que permanecer no imóvel, dos alvarás e licenças de instalação e funcionamento, assim como eventuais solicitações dos poderes públicos atinentes às atividades a serem exercidas pelo Locatário declinados na presente cláusula.

#### **Cláusula 5ª. Outras Obrigações**

5.1. O Locatário se obriga a zelar pelo imóvel locado e suas dependências e a conservá-lo em perfeitas condições de higiene e segurança, mantendo em perfeito funcionamento as instalações, custeando por sua exclusiva responsabilidade os reparos e consertos que o imóvel necessitar, substituindo de imediato qualquer peça ou utensílio que venha a se estragar por desgaste ou mau uso, na forma do Art. 23 inciso V, da Lei 8.245/91, e tudo que se relacionar com o imóvel locado.

5.2. Não obstante as obrigações previstas no presente instrumento, o Locatário obriga-se ao integral cumprimento do Regimento Interno do Elume (em anexo).

5.3. Durante a locação, o Locador não fará no imóvel locado qualquer obra, conserto ou melhoramento, ficando outrossim, a cargo do Locatário todas as obras de conservação e manutenção que ele vier a necessitar. Desta forma o Locatário declara haver recebido o imóvel nas condições descritas no documento denominado Termo de Vistoria Inicial, e que contém ainda a discriminação do estado de conservação dos mesmos, nos termos do Art. 2, inciso V, da Lei do Inquilinato em vigor.

5.4. As Partes acordam que o Locatário somente poderá fazer no imóvel alterações ou modificações, mediante aviso prévio e autorização expressa do Locador, e desde que não alterem e/ou interfiram na estrutura e fachada do imóvel ("Obras de Adequação"), não podendo alegar retenção pelas acessões e benfeitorias que por ventura venha a fazer, nem pedir indenizações pelas mesmas as quais ficarão pertencendo ao Locador.

5.5. Não haverá penalidades a serem suportadas pelo Locatário quando da entrega do imóvel e/ou término deste Contrato em virtude das Obras de Adequação realizadas nos termos do item 5.4, caso não constatadas alterações e/ou interferências na estrutura e fachada do imóvel, ressalvado o disposto na Cláusula 5.6 abaixo.

5.6. Para fins do disposto nas Cláusulas 5.4. e 5.5. acima, findo o contrato de locação, o Locador poderá requerer a entrega do imóvel locado sem as benfeitorias realizadas, isto é, conforme a vistoria inicial, devendo o Locatário arcar com todos os custos necessários para a adequação.

5.7. O Locatário se obriga a fazer chegar às mãos do Locador todas as citações, intimações ou avisos de autoridade pública dentro de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de responder por eventuais multas e prejuízos causados à proprietária, em consonância com o Art. 23, inciso VI, da Lei Locatícia.





5.8. O Locador, por si, ou procurador preposto, poderá vistoriar periodicamente o imóvel locado a fim de verificar o exato cumprimento das obrigações contratuais, tendo o cuidado de avisar o Locatário com a devida antecedência.

5.9. Finda a locação, o imóvel será devolvido nas mesmas condições em que o tenha recebido o Locatário, procedendo-se a necessária vistoria, baseada no documento assinado quando da entrega das chaves, obrigando-se assim, se for o caso, a reparar o que estiver estragado, inclusive a pintura, que deverá estar nas mesmas condições em que foi entregue o imóvel ao Locatário, bem como apresentar quitação total de luz elétrica e de outras taxas.

5.10. Havendo danos no imóvel locado, e se o Locatário não proceder de forma imediata o respectivo conserto, o Locador ao propor ação pela indenização dos danos, terá direito a correção do montante, tudo de conformidade com o Art.23, incisos II e V da Lei 8.245/91.

5.11. Somente o recibo final da entrega das chaves, fornecido pelo Locador, fará cessar a responsabilidade do Locatário, dando como regularmente devolvido o imóvel locado. Esta situação se verificará após o exato cumprimento de todos os termos deste contrato e da indenização por todos os danos porventura causados ao imóvel.

5.12. O Locatário utilizará a área locada e eventuais bens cedidos pelo Locador exclusivamente para o desenvolvimento do projeto aprovado, sendo vedado seu uso para quaisquer outras atividades se responsabilizando também pela preservação dos móveis e utensílios cedidos.

5.13. O presente instrumento tem como objeto a locação apenas da área do imóvel descrito na Cláusula 1ª, não podendo o Locatário incluir no presente instrumento as áreas comuns do prédio, pertencentes ao Locador, que são destinadas a utilização por todos os residentes do Elume.

5.11.1. Na hipótese de o Locatário realizar melhorias (não estruturais e modificantes) nas áreas comuns do prédio, como por exemplo, compra e disponibilização de móveis, o Locatário não poderá alegar uso exclusivo da área em que se encontram os móveis, bem como o uso exclusivo dos próprios móveis, autorizando desde já a utilização por todos os residentes do Elume.

5.14. O Locatário deverá assinar a respectiva Declaração de Compliance e Governança Corporativa que cumpre e mantém as principais políticas conforme padrões de *compliance* e governança corporativa nacionais e internacionais.

#### **Cláusula 6ª. Outras Disposições**

6.1. A Locatária terá a sua disposição espaços físicos comuns para locação, e perceberá desconto enquanto Locatária, conforme tabela abaixo:





| Espaço              | Valor Hora | Diária       | Período Matutino ou Vespertino | Período Noturno | Desconto |
|---------------------|------------|--------------|--------------------------------|-----------------|----------|
| Sala de Reunião     | R\$ 50,00  | R\$ 450,00   | R\$ 150,00                     | R\$ 250,00      | 60%      |
| Sala de Treinamento | R\$ 65,00  | R\$ 600,00   | R\$ 200,00                     | R\$ 300,00      | 60%      |
| Auditório           | R\$ 180,00 | R\$ 1.700,00 | R\$ 700,00                     | R\$ 900,00      | 60%      |
| Térreo              | -          | R\$ 3.200,00 | R\$ 1.100,00                   | R\$ 1.600,00    | 60%      |
| Ático               | R\$ 120,00 | R\$ 1.200,00 | R\$ 500,00                     | R\$ 700,00      | 60%      |

\*Essa tabela poderá ter seus valores revisados a qualquer tempo. Seus valores atuais e o reajuste poderá ser consultado em <https://elumepark.com.br/seja-elume/>

6.2. Se, por motivo de necessidade urgente de obras no imóvel o Locatário tiver de desocupá-lo, o tempo de sua ausência ser-lhe-á restituído mediante correspondente prorrogação deste contrato.

6.2.1. O Locador não se responsabiliza de modo algum pelos prejuízos que o Locatário venha a sofrer decorrentes de incêndio, tempestades, inundações e outras formas de prejuízos, a que o Locatário estará sujeito, devendo caso queira cobrir-se contra esses riscos, custear os necessários seguros.

6.2.2. No caso de a locação ser para fins comerciais, o Locatário desde já declara não haver pago o "PONTO" comercial, razão por que findo o contrato não poderá o mesmo pedir qualquer indenização.

6.2.3. As regras gerais que apresentará as normas de convívio entre empresas, instituições e todos que estiverem no habitat do Elume, estão dispostos no Regimento Interno da entidade gestora, disponível no site da instituição. Todas as determinações serão construídas e discutidas em reunião específica para esta finalidade, e serão divulgadas no site da entidade gestora.

6.3. O Locador realizará a cobrança de uma taxa mínima de eletricidade, conforme taxa estipulada pela Celesc, até que seja instalado um medidor individual para medir o consumo de eletricidade de cada Locatário, para que seja possível a cobrança individual.

#### **Cláusula 7ª. Desocupação – Rescisão Antecipada**

7.1. Caso o Locatário optar por desocupar o imóvel antes do prazo contratual, esse deverá avisar por escrito ao Locador com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**. Na falta do aviso, serão imputadas as sanções descritas na Lei 8.245/91.



**Cláusula 8ª. Responsabilidades**

8.1. O Locatário deverá atender às suas expensas todas as exigências que eventualmente os Poderes Públicos venham a exigir para o perfeito funcionamento do ramo do negócio a que se propôs, não podendo, findo a locação, pleitear indenização pelas benfeitorias eventualmente levadas a efeito, nem alegar retenção. O Locatário se obriga também a manter às suas expensas extintores de incêndio devidamente carregados, que estejam em suas dependências, de forma a atender à prevenção contra sinistros, tudo de conformidade com as normas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

8.2. O Locatário se responsabiliza pelas informações declaradas na ficha cadastral, comprometendo-se a informar ao Locador, qualquer alteração ou mudança de endereço, inclusive e-mail, capaz de prejudicar sua localização, ficando ciente, desde já, que a omissão no fornecimento de tais dados importará no envio de correspondências para os endereços anteriormente fornecidos, e via de consequência, considerar-se-á cumprida a determinação legal, ocasionando a inclusão de seu nome no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC sem o seu prévio conhecimento.

8.3. O Locador não se responsabiliza pelos equipamentos e materiais próprios utilizados pelas empresas selecionadas, bem como, não dispõe de seguro patrimonial para estes bens, devendo o Locatário manter a segurança de seus bens e, caso entenda necessário, a contratação de seguro para os bens.

8.4. O Locador realizará a vistoria inicial do imóvel para garantir as condições do imóvel para entrada do Locatário, bem como a vistoria final, na saída do Locatário, para garantir que as condições iniciais foram mantidas pelo Locatário, devendo o Locatário realizar a assinatura dos documentos de vistoria e responsabilizar-se em manter o imóvel conforme vistoria inicial.

8.5. A qualquer tempo o locador poderá solicitar a atualização do certificado de regularidade fiscal e tributária perante aos órgãos federal, estadual e municipal, conforme item 6.9 do edital.

8.6. Despesas como água, luz e internet ficarão a cargo da empresa, conforme item 7.5 do edital.

**Cláusula 9ª. Declarações e Garantias Anticorrupção**

9.1. As Partes, neste ato, declaram sem ressalvas que em quaisquer de suas atividades inerentes a este Contrato, cumprirão sem exceções toda a legislação e regulamentos que dispõem sobre medidas anticorrupção e antissuborno, em especial a Lei 12.846/2013 e quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente Contrato, comprometendo-se a se abster de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas regras.



### **Cláusula 10ª. Da Confidencialidade**

10.1. As partes concordam em manter o mais absoluto sigilo com relação aos documentos e informações relacionadas ao objeto do Contrato ou às atividades de cada uma das partes, abstendo-se de copiar, reproduzir, vender, ceder ou de outra forma alienar, divulgar ou dispor de tais informações a terceiros, tampouco utilizá-las para quaisquer outros fins não atinentes ao escopo do Contrato, salvo autorização prévia e expressa da outra parte, devendo a Confidencialidade permanecer em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos após a extinção, a qualquer título, deste Contrato, independentemente do motivo do seu término. As partes se responsabilizam por seus empregados quanto à obrigação de Confidencialidade.

### **Cláusula 11ª. Da Política de Proteção de Dados**

11.1. As Partes se comprometem a proteger todos os dados pessoais de seus clientes, fornecedores e funcionários, bem como eventuais informações técnicas, as quais tenham acesso por força do presente contrato, por qualquer meio físico ou digital, sendo que estes devem receber tratamento diferenciado e específico, em observância à Lei Federal n. 13.709/2018.

11.2. Verificando-se o não cumprimento das obrigações previstas no item 11.1, fica a Parte Infratora sujeita ao ressarcimento dos danos diretos suportados pela Parte Inocente, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual.

11.3. As Partes, quando necessário cumprimento de obrigação contratual, poderão compartilhar dados pessoais com autoridades, órgãos reguladores e/ou fiscalizadores para atender finalidades específicas e necessárias, não realizando tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos, observando a boa-fé e os princípios descritos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

### **Cláusula 12ª. Disposições Gerais**

12.1. As Para todos os fins e efeitos de direito, as Partes declaram aceitar o presente Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, obrigando-se a si, seus herdeiros e/ou sucessores a bem e fielmente cumpri-la.

12.2. O presente Contrato constitui o acordo integral entre as Partes no que se refere ao seu objeto, se sobrepondo a quaisquer demais entendimentos, acordos ou documentos conflitantes, verbais ou escritos, referentes ao objeto do presente Contrato.

12.3. Fica vedada a alteração do conteúdo ou qualidade contratual no todo ou em partes pelas Partes envolvidas, salvo se houver comum acordo, o que será formalizado por intermédio de aditivo contratual.







12.4. Eventual tolerância das Partes em relação à exigibilidade de direitos decorrentes deste ajuste, não implicará em novação, renúncia, nem, tampouco, em precedente invocável pela parte beneficiada para justificar seu inadimplemento e/ou novas concessões.

12.5. A nulidade ou anulabilidade de determinada disposição deste Contrato não atingirá suas demais disposições, e as Partes se obrigam a convalidar, nos termos permitidos pela lei, a disposição nula ou anulada, de modo que prevaleça, no que for legalmente possível, a vontade das Partes nela expressada.

12.6. As obrigações previstas no presente Contrato sujeitam-se à execução nos termos do Código de Processo Civil, servindo o presente instrumento como título executivo, sem prejuízo de, cumulativamente, serem cobradas perdas e danos pela Parte que com eles tenham que arcar em decorrência do inadimplemento das obrigações pactuadas neste Contrato. As Partes não renunciam a qualquer ação ou providência (inclusive a cobrança de perdas e danos) a que tenham direito, a qualquer tempo. As Partes expressamente admitem e se obrigam ao cumprimento específico de suas obrigações e a aceitar ordens judiciais ou quaisquer outros atos semelhantes.

12.7. Este Contrato e os direitos das Partes nele previstos serão regidos, interpretados e executados de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

12.8. Para todos os fins e efeitos de direito, as Partes declaram que foram devidamente assessoradas pelos seus respectivos advogados e que aceitam o presente Contrato nos expressos termos em que foi lavrado.

12.9. As partes reconhecem a validade jurídica da assinatura eletrônica simples, avançada e qualificada, nos termos do artigo 4º, incisos I, II e III, da Lei nº 14.063/2020, para fins de assinatura deste Contrato, bem como de documentos relacionados, sem prejuízo da utilização da assinatura física.

12.10. As Partes e as testemunhas envolvidas neste instrumento afirmam e declaram que este poderá ser assinado eletronicamente através da plataforma DocuSign, nos termos do Artigo 6º do Decreto 10.278/2020, sendo as assinaturas consideradas válidas, vinculantes e executáveis, reconhecidas pelas partes como meio apto para declaração de suas vontades, ao qual não poderão se opor posteriormente.

### **Cláusula 13ª. Foro**

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina para dirimirem quaisquer questões resultantes deste instrumento contratual, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que for. Na hipótese da execução contra o Locatário e/ou fiador, e residindo estes em outra Comarca, poderá o Locador optar pelo foro de eleição, ou pelo domicílio dos referidos.





13.2. O Locatário autoriza expressamente que em caso de demanda judicial, se efetue a comunicação processual (citação, intimação ou notificação), através de correspondência com aviso de recebimento, com fulcro no Art. 58, inciso VI, do Estatuto Locatício, inclusive por e-mail.

13.3. Da mesma forma, o Locatário autoriza expressamente que qualquer comunicação, aviso, carta, interpelação ou notificação, seja realizada pelo e-mail constante deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento à vista das testemunhas abaixo, em 2 (duas) vias de igual teor.

Itajaí, 13 de março de 2024.

DocuSigned by:  
*Emerson Luis Pereira*  
BBED2699285E4F6...

---

**Emerson Luis Pereira**  
Diretor Executivo ELUME

DocuSigned by:  
*DJALMA LUCIO RODRIGUES VILELA*  
CB854DAD5F2F44A...

---

**Multilog S/A**  
Djalma Lucio Rodrigues Vilela  
Diretor Presidente

DocuSigned by:  
*Adriano Tadeu Macedo*  
63B22A7E2F1C4AD...

---

**Multilog S/A**  
Adriano Tadeu Macedo  
Diretor Administrativo e Financeiro

DocuSigned by:  
*Manuela Hermes*  
35D056C72ACA415...

---

**Testemunha 1**  
Manuela Hermes  
CPF: 968670430-20

DocuSigned by:  
*Diego Brusemeister*  
1E58F7D84901438...

---

**Testemunha 2**  
Diego Brusemeister  
CPF: 05962158946

